

PL 3.009/97 – B – Limpo	Proposta ABIAPE	Justificativa ABIAPE
<p><i>Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água</i></p> <p>O Congresso Nacional decreta:</p>	<p><i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, em novas barragens, e dá outras providências.</i></p> <p>O Congresso Nacional decreta</p>	<p>- Inserimos os comentários, - Em alguns casos a fundamentação legal, - grifado em verde são dúvidas.</p> <p><u>Justificativa:</u> Sugerimos: - a alteração dos termos “Estabelece” e “inclusão” em busca de uma melhor redação à ementa. - que a norma se aplique apenas a novas barragens, pois caso contrário, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão será afetado. Haverá necessidade de desmobilização do canteiro de obras o que afetará a produção de energia elétrica, além de trazer prejuízos consideráveis e não planejados, que, certamente, serão repassados aos consumidores de energia elétrica. Nesse sentido, vide também a sugestão de alteração do artigo 1º. - a supressão da “obrigatoriedade de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática”, tendo em vista que se trata de condicionante relacionada ao processo de licenciamento ambiental. Compete ao licenciamento a análise da viabilidade ambiental do empreendimento e a conseqüente imposição de medidas mitigadoras e compensatórias. É na análise ambiental feita pelo órgão licenciador que são definidos os mecanismos de preservação da ictiofauna. Ademais, as escadas</p>

		de peixe por si só não garantem a preservação da ictiofauna, pois contribuem somente para a migração de peixe de jusante a montante. O movimento migratório dos peixes pelas escadas é unidirecional (ascendente) e leva à diminuição da fauna à jusante. Sem condições mínimas para a reprodução à montante, os peixes morrem por idade ou no anzol. No setor elétrico já existem casos de escadas que foram desativadas, com anuência do IBAMA e Ministério Público, pois foi comprovada sua ineficácia para a preservação da fauna aquática. Por essas razões, cabe aos órgãos ambientais definir qual o melhor mecanismo para a preservação da ictiofauna, considerando as condições ambientais na região onde será construído o empreendimento, conforme a sugestão de alteração no artigo 10.
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, em novas barragens destinadas a quaisquer finalidades, em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis.	A justificativa é a mesma exposta acima.
Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º: "Art. 1º § 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis." (NR)	Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º: "Art. 1º § 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis." (NR)	
		Realizamos estudo sobre as competências dos

<p>-----</p>	<p>Art 3º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII, renumerando-se os incisos subsequentes:</p> <p>“Art 27.....</p> <p>VIII – Avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis, quando da construção de barragens em cursos de água”, no prazo máximo de 60 dias, contados a partir do recebimento dos documentos pertinentes, devendo apresentar eventual pedido de complementação da documentação ou de esclarecimentos até 30 dias após referido recebimento.</p>	<p>órgãos da federação (ANA, ANTAQ, ANEEL, DNIT e MT) e verificamos que a <u>navegação fluvial</u>, e a <u>exploração da infraestrutura aquaviária federal é de competência da ANTAQ.</u></p> <p>Além disso, cabe à ANTAQ, promover estudos de demanda de transporte aquaviário; promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados; propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas de exploração da infra-estrutura aquaviária e elaborar e editar normas e regulamentos relativos à exploração da infraestrutura aquaviária. Ademais, conforme disposto no artigo 27, XXV, da Lei 10.233/01:</p> <p>Art 27 Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:</p> <p>(...)</p> <p><i><u>XXV – celebrar atos de outorga de concessão para a exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária, gerindo e fiscalizando os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4.9.2001)</u></i></p> <p>Em analogia as competências e atuações da ANEEL, tal como a aprovação do estudo de</p>
--------------	---	--

		<p>viabilidade do aproveitamento dos potenciais hidráulicos (Lei 9427/96, art. 28 caput e seu parágrafo 3º e art. 1º, I da Resolução Aneel 395/98), e diante das atribuições expostas acima, entendemos que a ANTAQ deve ser o órgão competente para avaliar a viabilidade técnica e econômica da eclusa. Vejamos que esta Agência promove estudos de tarifas, preços em função dos custos e investimentos realizados o que corrobora para subsidiar uma avaliação de viabilidade econômica e financeira do empreendimento.</p> <p>Contudo, uma vez que o projeto condiciona a avaliação do EVTE da eclusa à emissão da outorga de uso dos recursos hídricos para fins de geração (art. 3º da proposta do relator), é necessário o estabelecimento/cumprimento de prazos para que não prejudique as etapas de engenharia na Aneel e ambientais.</p> <p><u>Legislação citada:</u></p> <p><i>Art. 23. Constituem a esfera de atuação da ANTAQ:</i></p> <p><i>I – a navegação fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso;</i></p>
--	--	--

		<p>(...)</p> <p><i>V – a exploração da infra-estrutura aquaviária federal. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4.9.2001)</i></p> <p>§ 1º <i>A ANTAQ articular-se-á com as demais Agências, para resolução das interfaces do transporte aquaviário com as outras modalidades de transporte, visando à movimentação intermodal mais econômica e segura de pessoas e bens.</i></p> <p>.</p> <p>(...)</p> <p><i>Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:</i></p> <p><i>I – promover estudos específicos de demanda de transporte aquaviário e de serviços portuários;</i></p> <p><i>II – promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados;</i></p> <p><i>III - propor: (Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)</i></p> <p><i>a) ao Ministério dos Transportes o plano geral de</i></p>
--	--	---

		<p>outorgas de exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária fluvial e lacustre, excluídos os portos outorgados às companhias docas, e de prestação de serviços de transporte aquaviário; e <i>(Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007)</i></p> <p>(...)</p> <p>IV – elaborar e editar normas e regulamentos relativos à prestação de serviços de transporte e à exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária, garantindo isonomia no seu acesso e uso, assegurando os direitos dos usuários e fomentando a competição entre os operadores;</p> <p>V – celebrar atos de outorga de permissão ou autorização de prestação de serviços de transporte pelas empresas de navegação fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso, observado o disposto nos art. 13 e 14, gerindo os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos;</p> <p>(...)</p> <p>XV – publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para exploração dos portos organizados em obediência ao disposto na <i>Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de</i></p>
--	--	--

		<p>1993;</p> <p>(...)</p> <p><i>XVII - autorizar projetos e investimentos no âmbito das outorgas estabelecidas, encaminhando ao Ministro de Estado dos Transportes ou ao Secretário Especial de Portos, conforme o caso, propostas de declaração de utilidade pública; (Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)</i></p> <p>(...)</p> <p><i>XXV – celebrar atos de outorga de concessão para a exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária, gerindo e fiscalizando os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4.9.2001)</i></p> <p><i>XXVI – celebrar atos de outorga de autorização para construção e exploração de Estação de Transbordo de Carga; (Incluído pela Lei nº 11.518, de 2007)</i></p>
<p>Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:</p> <p>“Art. 13-A – A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de</p>	<p>Art. 4º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:</p> <p>“Art. 13-A – A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de</p>	<p>Apesar da possibilidade da concessão de uso do bem público para geração de energia elétrica (exploração do potencial hidráulico) e da concessão para exploração da infraestrutura aquaviária se darem em tempos diferentes, entendemos que é</p>

<p>barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.</p>	<p>barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União estará condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis, conforme o disposto no art. 3º desta lei.</p>	<p>razoável que a outorga de direito de uso de recursos hídricos (que precede a construção da barragem) esteja condicionada à avaliação do EVTE da eclusa. Imaginemos que o rio é navegável e a avaliação do EVTE é favorável a implantação da eclusa. A outorga de direito de uso dos recursos hídricos, deve ser dada pela ANA levando em consideração o uso múltiplo desse recurso na geração de energia elétrica e na operação da eclusa. Caso a avaliação do EVTE seja desfavorável à implantação da eclusa, a outorga poderá ser liberada exclusivamente para fins de geração de energia elétrica.</p> <p>Contudo, sabemos dos entraves e dificuldades encontradas para obtenção das outorgas, autorizações e licenças para a implantação de uma usina hidrelétrica e os vários órgãos envolvidos – fato que contribui e muito para a morosidade do processo de licenciamento ambiental e conclusão da obra. Assim, sob o ponto de vista “operacional” a avaliação do EVTE da eclusa deve ser desvinculada da outorga de uso do recurso hídrico para fins de geração, pois tememos que esta atrase ainda mais o processo.</p> <p>Porém, conforme citado inicialmente nesta justificativa, o correto seria mesmo que a outorga de uso do recurso hídrico seja dada com a definição ou não da viabilidade da eclusa, mas para tanto é fundamental que já tenhamos o órgão responsável pela avaliação do EVTE e que este esteja sujeito a</p>
--	---	--

<p>§ 1º A responsabilidade pela avaliação a que se refere o <i>caput</i> será definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.</p> <p>§ 2º No caso de ser comprovada a viabilidade, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.</p>	<p>SUPRIMIR</p> <p>§ 1º No caso de ser comprovada a viabilidade de implantação das eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, estes deverão ser feitos de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da barragem</p> <p>§ 2º Deverá ser garantida a separação dos</p>	<p>prazos.</p> <p>Esta foi a solução encontrada pela ABIAPE, ao inserir o artigo 3º nesta lei dispondo que caberá a ANTAQ avaliar o EVTE da eclusa dentro de 60 dias após o recebimento do referido estudo.</p> <p><u>Justificativa</u> → A responsabilidade para avaliação do EVTE da eclusa caberá a ANTAQ. Portanto a redação deste parágrafo 1º deve ser suprimida, pois no processo de concessão da barragem não caberá mais a definição do avaliador da viabilidade da eclusa já pré-estabelecida no artigo 3º proposto pela ABIAPE.</p> <p><u>Justificativa</u> → O projeto de lei trata da obrigatoriedade de implantação de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição de nível. Dessa forma, a sugestão apresentada visa adequar a redação ao escopo da proposta.</p> <p>Uma vez que a intenção deste artigo é relacionar a outorga de direito de uso dos recursos hídricos para geração de energia à viabilidade da eclusa, entendemos que é importante deixar claro na redação de que, no caso de comprovada a viabilidade da eclusa, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com sua implantação simultânea, ou posterior.</p> <p>O texto proposto no substitutivo B, não esta claro sobre a viabilidade de qual empreendimento se trata.</p>
--	--	--

<p>§ 3º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.</p> <p>§ 4º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:</p> <p>I - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.</p> <p>II - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.</p> <p>§ 5º Não se aplica o disposto no <i>caput</i>:</p> <p>I - aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº</p>	<p>aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.</p> <p>§ 3º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:</p> <p>I - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.</p> <p>II - cursos de água potencialmente navegáveis são aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.</p> <p>§ 4º Não se aplica o disposto no <i>caput</i>:</p> <p>I - aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;</p>	<p>Dúvida: Quem atesta a nova condição de navegabilidade do curso de água que advém com a construção de uma barragem, de canais ou eclusas? ANA ou ANTAQ? Talvez seja interessante que o projeto disponha sobre essa competência pq esta nova condição de navegabilidade vai implicar na possibilidade ou não da construção da eclusa.</p>
--	--	--

<p>9.074, de 7 de julho de 1995;</p> <p>II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.” (NR)</p>	<p>II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.” (NR)</p>	
<p>Art. 4º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pelo poder público do ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.</p>	<p>Art. 5º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pelo poder público do ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.</p>	
<p>Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:</p> <p>I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou</p>	<p>Art. 6º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:</p> <p>I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço público de geração ou concessionário de uso de bem público para geração de energia elétrica, em contrato distinto do contrato de concessão da exploração do potencial hidráulico; ou</p>	<p><u>Justificativa:</u></p> <p>Nos termos do artigo 60 do Decreto 5.163/04, que regulamentou a Lei 10.848/04, aos novos empreendimentos de geração serão outorgadas:</p> <p>I - concessões, sempre a título oneroso, para geração de energia elétrica sob regime:</p> <p>a) de serviço público; ou</p> <p>b) de uso de bem público, no caso de autoprodução ou produção independente; ou</p> <p>II - autorizações.</p> <p>Assim, a sugestão de ajuste no texto da proposta foi feita em conformidade com as concessões atuais</p>

		<p>para exploração do potencial hidráulico no Setor Elétrico.</p> <p>Além disso, optamos separar as concessões (construção/operação), vejamos:</p> <p><u>- Contrato de Concessão geração/modalidades:</u></p> <p>* Exploração Potencial Hidráulico/UBP (APE)</p> <p>* Serviço público geração (PIE e PP)</p> <p>Na prática, nos casos em que não há implantação de eclusas, o contrato de concessão da geração da UHE já vem incluída a concessão para construção e operação da usina.</p> <p>Com este projeto, para os casos em que for viável a implantação da eclusa, o contrato de concessão da geração da UHE virá incluída a concessão para construção e operação da Usina + a concessão para construção da eclusa (exploração da infra. Aquaviária) – art. Art. 5º parágrafo 1º e 2º da proposta original.</p> <p>Contudo entendemos que a concessão de serviço público de operação da eclusa (art. 4º) deve ser distinta do contrato de concessão de geração, para não haver discussões/dúvidas no estabelecimento do preço teto da energia no edital dos leilões (entram usinas com ou sem eclusas). Além disso, um contrato único de concessão para construção e operação da eclusa, dificulta o cálculo do “bide” dos empreendedores, uma vez que não poderão ser repassados a tarifa de energia elétrica os custos da construção/operação da eclusa (parágrafo 5º, art. 5º).</p>
--	--	--

<p>II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou</p> <p>III – ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.</p> <p>§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.</p> <p>§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão.</p>	<p>II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou</p> <p>III – ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.</p> <p>§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas nos incisos acima, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.</p> <p>§ 2º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, devendo estes custos serem ressarcidos:</p> <p>a) - pelo Poder Público ou</p> <p>b) - pelo concessionário prestador de serviço de operação da eclusa ou outros dispositivos equivalentes de transposição de nível nos termos</p>	<p><u>Justificativa</u> – É necessária correção do texto na proposta do relator quando faz menção as hipóteses do § 1º. Na verdade, as hipóteses relacionadas fazem referência aos incisos I, II e III do art. 5º. Assim, sugerimos a alteração grifada.</p> <p>Dúvida: Quem irá ressarcir o concessionário de geração pela implantação da eclusa? - Será o Poder público? (O Min. Do Transp. propõe isso) - Será o prestador de serviço de operação da eclusa que vier a ganhar a concessão de serviço de operação? - Será advindo da própria operação da eclusa pelo concessionário de geração quando este for também responsável pela prestação de serviço de operação de ambos os empreendimentos? (inciso I, art. 5º) Entendemos que deve estar expresso na norma</p>
---	---	--

	<p>do inciso III do 6º artigo desta lei.</p> <p>§ 3º Na hipótese em que o concessionário da exploração do potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica for também o responsável pela prestação do serviço de operação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis em contrato distinto de concessão, caberá a este arcar com os custos da construção das obras, desde que observado o disposto no § 6º deste artigo.</p>	<p>quem irá fazer o ressarcimento dos custos de implantação da eclusa para não restar dúvidas. ABIAPE propõe uma solução, o grupo entende razoável?</p> <p><u>Justificativa:</u> Inicialmente propomos a inserção de “ou dispositivos de transposição de nível” para adequação a ementa do projeto. Como o parágrafo trata da possibilidade de execução da obra da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível pelo concessionário de geração de energia elétrica quando estas obras forem necessárias no corpo da barragem, entendemos que deve ser inserido texto que defina como se dará o ressarcimento destes custos. Assim propomos 3 opções:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) – que o Poder Público faça o ressarcimento, 2) – que o concessionário prestador de serviço de operação (detentor da concessão de serviço público de <u>operação</u> de eclusa) faça o ressarcimento ou 3) – Se o concessionário de geração for também o responsável por operar a eclusa presume-se a atratividade da atividade e que os valores arrecadados com a operação serão suficientes para cobrir os custos das obras, observando a impossibilidade de transferência desses custos para o preço da energia elétrica, conforme o disposto no § 6º
--	---	--

<p>§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 3º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.</p> <p>§ 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sempre sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.</p> <p>§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.</p>	<p>§ 4º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 2º deste artigo, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.</p> <p>§ 5º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sempre sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.</p> <p>§ 6º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação ou a execução da obra de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.</p>	<p>deste artigo.</p> <p><u>Justificativa:</u> A emenda é corretiva, uma vez que o parágrafo que trará da possibilidade de construção “parcial” da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível é o 2º e não o 3º.</p> <p><u>Justificativa:</u> Entendemos que além dos custos de operação da eclusa, os custos da execução de sua obra também não devem ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica.</p>
<p>Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:</p> <p>"Art.4º</p> <p>“XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da</p>	<p>Art. 7º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:</p> <p>"Art.4º</p> <p>“XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com a redação dada</p>	<p>Íntegra do artigo vigente:</p> <p><i>Art 4º da Lei nº 9.984/00:</i></p> <p><i>(...) Art 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e</i></p>

<p>União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características.” (NR)</p>	<p>por esta Lei, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível. (NR)</p>	<p><i>entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe: (...)</i></p> <p>Íntegra do artigo vigente lei 9.074/95:</p> <p>Art. 1º Sujeitam-se ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os seguintes serviços e obras públicas de competência da União:</p> <p>(...)</p> <p>V - exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas;</p> <p>O parágrafo 4º foi inserido pelo art. 2º da proposta do relator como segue:</p> <p>Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:</p> <p>"Art. 1º § 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.” (NR)</p> <p><u>Justificativa:</u></p>
--	---	--

		<p>Em resumo, este artigo 6º estabelece que “cabe a ANA determinar com base no planejamento integrado os casos de barramento em que será obrigatória a construção de eclusas e <u>fornecer as principais características das mesmas</u>”.</p> <p>Sugerimos a inserção da frase “com a redação dada por esta Lei” para melhor técnica legislativa.</p> <p>Sugerimos também, a supressão da parte final que estabelece que a ANA deverá “fornecer as principais características da eclusa”, pois conforme o art. 82, II da Lei 10.233/01, compete ao DNIT estabelecer as especificações técnicas para elaboração do projeto de obras viárias – Vide legislação abaixo:</p> <p><i>Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:</i></p> <p><i>II – estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e execução de obras viária-s;</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>XIV - projetar, acompanhar e executar, direta ou indiretamente, obras relativas a transporte ferroviário ou multimodal, envolvendo estradas de ferro do Sistema Federal de Viação, excetuadas aquelas relacionadas com os arrendamentos já existentes; <u>(Incluído pela Lei nº.</u></i></p>
--	--	--

		<p><u>11.314 de 2006)</u></p> <p>Dúvida: - A ANA para determinar os casos em que será obrigatória a construção da eclusa em corpos de água da União, deverá se basear no Plano Nacional Integrado. Este plano deve ser integrado com o PDDE, para que o Setor Elétrico já saiba previamente em quais aproveitamentos será obrigatória a implantação de eclusas. Como este PNI ainda não foi feito, vai ficar em aberto e condicionado à ANA esta elaboração para sabermos quais usinas deverão ser elaborados os EVTE das eclusas. É complicado, porque enquanto não tiver o PNI não saberemos onde deverá ter eclusa ou não. O GT tem que discutir como isso pode influenciar nas concessões de geração após a aprovação da lei.</p>
<p>Art. 7º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subsequentes:</p> <p>“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:.....</p> <p>V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em</p>	<p>Art. 8º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subsequentes:</p> <p>“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:.....</p> <p>V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e</p>	<p>Dúvida: Vejamos: 1) - Temos a concessão da exploração do potencial hidráulico para fins de geração atribuída à ANEEL; 2) - nos termos do inciso XXV, art. 27 da Lei 10.233/01, cabe à ANTAQ a concessão da infraestrutura aquaviária (concessão da construção da eclusa); 3) - Neste art. 7º da proposta do relator, dispõe que caberá a ANTAQ a concessão da exploração da operação das eclusas (nova modalidade de</p>

<p>hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR)</p>	<p>outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR)</p>	<p>concessão) e</p> <p>4) - no art. 5º parágrafo 2º da proposta do relator, está disposto que: quando a construção de eclusa envolver obras no corpo da barragem hidrelétrica a construção da eclusa (concessão da infraestrutura aquaviária) deverá ser nos termos do contrato de concessão da geração.</p> <p>Talvez deva ser inserido no projeto como se dará a formalização/interação do contrato de concessão de geração de energia com o contrato de exploração da infraestrutura aquaviária, pois nos termos do inciso XXV, art. 27 da Lei 10.233/01, cabe à ANTAQ a esta concessão da construção da eclusa, e o projeto remete essa competência ao contrato de concessão que será feito pela ANEEL.</p> <p><i>Vide lei abaixo:</i></p> <p>(...)</p> <p><i>Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação: XXV - celebrar atos de outorga de concessão para a exploração da infra-estrutura aquaviária e portuária, gerindo e fiscalizando os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4.9.2001)</i></p>
<p>Art. 8º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:</p>	<p>Art. 9º O inciso IV do art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:</p>	<p><u>Justificativa:</u></p> <p>Fizemos menção ao inciso IV do art. 82, para melhor redação do caput deste artigo.</p>

<p>“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:.....</p> <p>IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;</p> <p>V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;.....” (NR)</p>	<p>“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:.....</p> <p>IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;</p> <p>V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;.....” (NR)</p> <p>O pintado de verde é apenas ilustrativo para nos mostrar o que foi alterado na legislação vigente.</p>	<p>Apenas para conhecimento, abaixo o inciso IV vigente:</p> <p>IV - administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, terminais e instalações portuárias fluviais e lacustres, excetuadas as outorgadas às companhias docas; <u>(Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)</u></p> <p>O grifado de verde acima, refere-se ao texto suprimido do vigente inciso IV, art. 82 da lei 10233/01.</p> <p>V - gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, terminais e instalações portuárias fluviais e lacustres, excetuadas as outorgadas às companhias docas, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União; <u>(Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)</u></p> <p>O grifado de verde acima, refere-se ao texto suprimido do vigente inciso V, art. 82 da lei 10233/01.</p>
Art. 9º A operação de comportas, sistemas	Art. 10º A operação de comportas, sistemas	<u>Justificativa:</u>

<p>geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante que proporcione:</p> <p>I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;</p> <p>II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.</p> <p>Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.</p>	<p>geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante, desde que compatível com a característica hidrológica do rio e com a operação da usina, que proporcione:</p> <p>I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;</p> <p>II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.</p> <p>Art. 11. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva, desde que os estudos técnicos ambientais apontem tais necessidades.</p>	<p>Deve ser considerada a característica hidrológica do rio na definição da vazão a jusante, ou seja, esta vazão deve levar em conta a sazonalidade hidrológica do curso de água para se assegurar o aproveitamento ótimo da geração de energia elétrica.</p> <p>A Abrage fez a seguinte observação para o inciso I: “Esta condição é válida quando o trecho do rio já se constituir em uma hidrovia. Caso contrário será necessário um estudo pelos órgãos competentes, de modo a definir o calado mínimo das embarcações”. Tem como aproveitarmos?</p> <p>Nova observação da ABRAGE para o inciso II: “Essa situação deverá ser condicionada a um estudo sobre o potencial econômico dessa navegação”.</p> <p><u>Justificativa:</u></p> <p>- A obrigatoriedade de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva, tendo em vista que se tratam de medidas relacionadas ao processo de licenciamento ambiental, devem ser dar neste âmbito. A análise da necessidade de suas implantações é feita pelo órgão licenciador que define os mecanismos de preservação da ictiofauna.</p>
--	--	--

<p>Parágrafo único. Além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.</p>	<p>SUPRIMIDO</p>	<p>As escadas de peixe por si só não garantem a preservação da ictiofauna, pois contribuem somente para a migração de peixe de jusante a montante. O movimento migratório dos peixes pelas escadas é unidirecional (ascendente) e leva à diminuição da fauna à jusante. Sem condições mínimas para a reprodução à montante, os peixes morrem por idade ou no anzol. No setor elétrico já existem casos de escadas que foram desativadas, com anuência do IBAMA e Ministério Público, pois foi comprovada sua ineficácia para a preservação da fauna aquática. Por essas razões, cabe aos órgãos ambientais definir qual o melhor mecanismo para a preservação da ictiofauna, considerando as condições ambientais na região onde será construído o empreendimento, conforme a sugestão de alteração na ementa do projeto.</p> <p><u>Justificativa:</u> Sugerimos a supressão, pois esta operação é incompatível com a segurança de pessoas e instalações ribeirinhas a jusante, além disso, trata-se de assunto a ser contemplado no Licenciamento Ambiental e deve ser definido no âmbito do Comitê de Bacia, por ser um assunto local e difícil de ser generalizado em forma de Lei. Nem todas as barragens possuem este problema.</p>
<p>Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais</p>	<p>Art. 12. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas</p>	

<p>federais e estaduais.</p> <p>§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:</p> <p>I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna do cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;</p> <p>II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.</p> <p>§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:</p> <p>I - à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou</p> <p>II – à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação</p>	<p>ambientais federais e estaduais.</p> <p>SUPRIMIR</p> <p>SUPRIMIR</p> <p>SUPRIMIR</p> <p>SUPRIMIR</p> <p>SUPRIMIR</p> <p>SUPRIMIR</p>	<p><u>Justificativa:</u> Consideramos desnecessário o atrelamento a LP para construção da barragem, pois a necessidade de escadas de peixe e outros dispositivos para a preservação da ictiofauna, e a realização do inventário de lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, acrescida da identificação das espécies de peixes encontradas já são avaliados no processo de licenciamento ambiental conforme exposto na justificativa do art 10 da proposta do relator. A matéria já encontra-se regulada pelas normas dos órgãos ambientais competentes.</p> <p><u>Justificativa:</u> Entendemos que a LI do empreendimento de geração de energia não deve estar condicionada à aprovação do projeto da eclusa. Na implantação da barragem é considerada a “previsão construtiva da eclusa”, ou seja, seu local, estruturas, etc – ex. UHE lajeado. Assim não é necessário o projeto da eclusa aprovado para a implantação da barragem. Além disso, como cabe ao concessionário de geração a construção da eclusa total ou parcialmente, é de seu próprio interesse que o projeto da eclusa esteja definido/elaborado ou</p>
---	---	--

<p>realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.</p>		<p>aprovado se optar pela construção concomitante a barragem. Contudo, não deve ser impedido da construção da barragem pois o parágrafo 2º do art. 3º desta proposta, dispõe sobre a possibilidade de posterior construção da eclusa.</p> <p>A concessão de geração de energia elétrica não pode estar condicionada a avaliação do projeto de eclusa.</p> <p>O disposto no inciso II do parágrafo 2º deste art. 11 inverte a seqüência das ações:</p> <p>Conforme fluxograma das etapas de engenharia (em anexo), para implantação da barragem e da eclusa, a viabilidade ou não da navegação é a 1º etapa a ser realizada. A 2º etapa é a análise do EVTE da eclusa e da barragem que está condicionada a outorga de uso dos recursos hídricos. A 3º etapa é a licitação dos empreendimentos seguidos das respectivas outorgas de uso dos recursos hídricos. Somente após a aprovação do projeto da barragem é que será emitida a LI.</p> <p>Assim, não há nexos em atrelar a emissão da LI à viabilidade de navegação referente a 1º etapa do processo. Quando os projetos se encontrarem na fase da LI, o Ministério dos Transportes deverá ter se pronunciado quanto a inviabilidade da navegação se assim for.</p>
<p>Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:</p>	<p>Art. 13. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:</p>	

<p>I – à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes;</p> <p>II – ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;</p> <p>III – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;</p> <p>IV – à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.</p>	<p>I – à suspensão das licenças de ambientais dos empreendimentos correspondentes, até que se cumpra às exigências desta lei;</p> <p>SUPRIMIR</p> <p>SUPRIMIR</p> <p>SUPRIMIR</p>	<p><u>Justificativa:</u> A suspensão deve ser temporária.</p> <p><u>Justificativa</u> → A suspensão das licenças já são consideradas significativamente prejudiciais aos empreendedores, devido ao potencial atraso no cronograma de execução das obras. Além disso, este atraso já resulta na aplicação de multa por parte da ANEEL pelo descumprimento dos marcos do cronograma de implantação.</p> <p>Não concordamos em penalizar o empreendedor com a perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais e nem mesmo na perda ou suspensão do direito de participar em licitações públicas ou linhas de financiamento uma vez que já estão sujeitos a lei de crimes ambientais e demais sanções.</p>
Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.	Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.	
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.	Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.	



ABIAPE

Fluxo UHE x Eclusa

